

AS CÉDULAS DOS PAÍSES QUE NÃO EXISTEM MAIS (Parte 1).

Goulart Gomes

Alguns países, assim como os seres humanos, nascem, vivem, se transformam e “morrem”. Circunscritos aos 510 milhões de quilômetros quadrados do nosso planeta azul – dos quais 70,7% são oceanos - nós, seus ocupantes, transformamos continuamente o seu mapa político, sem alterarmos significativamente a sua geografia, desde os primórdios. Agrupando-nos em sociedades as mais diversas, gradativamente redesenhamos as fronteiras imaginárias que nos separam, erguendo e destruindo mundos. Países milenares, como a China e a Índia, que nos parecem ter sempre existido, mas que tanto já mudaram seus territórios. Países que nos parecem centenários, como a Itália - que nos remete ao Império Romano - mas que só foi unificada em 1861. Países como o Sudão do Sul, que “nasceu” em 2011, sendo um dos caçulas dessa grande família. Nesta série de ensaios, gostaríamos de falar sobre as emissões oficiais de cédulas dos países que não existem mais. Países que se fundiram, que se dividiram, que se renomearam, que “sumiram do mapa”, mesmo ainda estando lá e que, certamente, nunca mais veremos cédulas suas emitidas. Como exemplos, podemos citar a Alemanha Oriental, que existiu como país após o final da Segunda Guerra Mundial e começou a “desaparecer” com a queda do Muro de Berlim; ou o Zaire, que existiu de 1971 a 1997 e hoje se chama República Democrática do Zaire, para não falar do pouco conhecido Sarawak, na Península Malaia.

O mundialmente renomado catálogo *World Paper Money*, publicado em três volumes pela Krause Books, é uma fonte riquíssima de informações sobre estes países e suas emissões de papel-moeda. No volume dedicado às emissões até 1960 está a maioria desses países. Existe, também, um volume dedicado exclusivamente às emissões não-oficiais de diversos territórios, mas que não serão tratadas neste ensaio.

Primeiramente precisamos distinguir Estado, Governo, Nação e País uma vez que nosso enfoque diz respeito apenas a este último conceito. Vejamos o que nos diz o site *Brasil Escola*:

*Por **Estado** entende-se a unidade administrativa de um território. Não existe Estado sem território. O Estado é formado pelo conjunto de instituições públicas que representam, organizam e atendem (ao menos em tese) os anseios da população que habita o seu território. Entre essas instituições, podemos citar o governo, as escolas, as prisões, os hospitais*

*públicos, o exército, dentre outras. Dessa forma, o **governo** seria apenas uma das instituições que compõem o Estado, com a função de administrá-lo. Os governos são transitórios e apresentam diferentes formas, que variam de um lugar para outro, enquanto os Estados são permanentes... A **Nação**, por outro lado, tem seu conceito ligado à identidade, à cultura e aos aspectos históricos. Por nação entende-se um agrupamento ou organização de uma sociedade que partilha dos mesmos costumes, características, idioma, cultura e que já possuem uma determinada tradição histórica... O conceito oficial de **país** foi definido pela Convenção Internacional de Montevideu, realizada no ano de 1933, e faz referência a uma unidade política que possui: a) um território definido, b) uma forma de governo estabelecida, c) capacidade de relacionar-se comercial e politicamente com outras nações e d) o reconhecimento dos demais países. Portanto, podemos notar que um país não necessariamente corresponde a uma etnia determinada ou a uma nação homogênea, haja vista que a maior parte dos países existentes é composta por várias nações ou etnias distintas. Em alguns casos, existem aqueles grupos que buscam consolidar o seu próprio território para formar o seu próprio país, como é o caso dos Curdos, maior nação do mundo sem uma pátria constituída, e dos Catalães e Bascos, que buscam suas independências territoriais em relação à Espanha.*

Quanto ao que diz respeito especificamente à alínea “c) capacidade de relacionar-se comercial e politicamente com outras nações”, depreendemos a necessidade de circulação nacional de moeda, seja própria ou adotada de outro país, como é o caso do Panamá e de Porto Rico, que utilizam o dólar estadunidense. Salvo os estados de exceção, na contemporaneidade não podemos falar de moeda oficial sem a existência de um país, reconhecido internacionalmente, que a emita. Portanto, delimitamos o nosso ensaio, assim como a nossa coleção, a esses critérios, que como qualquer outro não é melhor nem pior; e que como em qualquer regra, possui suas exceções.

Iniciaremos apresentando as cédulas de alguns territórios britânicos, uma vez que sabemos haver um interesse especial de colecionadores por peças que trazem a efígie de personalidades históricas daquela nação. Para termos uma noção da hegemonia britânica, vejamos o que nos diz o verbete “Império Britânico”, na Wikipedia:

Foi o maior império em extensão de terras descontínuas do mundo... composto por domínios, colônias, protetorados, mandatos e territórios governados ou administrados pelo Reino Unido. Originou-se com as colônias ultramarinas e entrepostos estabelecidos pela Inglaterra no final do século XVI e início do século XVII. No seu auge, foi o maior império da história e, por mais de um século, foi a principal potência mundial. Em 1922

o Império Britânico dominava cerca de 458 milhões de pessoas, um quarto da população do mundo na época e abrangeu mais de 31,7 milhões de quilômetros quadrados, quase um quarto da área total da Terra. Como resultado, seu legado político, cultural e linguístico é generalizado. No auge do seu poder, foi dito muitas vezes que "o sol nunca se põe no Império Britânico" devido à sua extensão ao redor do mundo garantir que o Sol sempre estivesse brilhando em pelo menos um de seus numerosos territórios.

Tomemos, então, como exemplo dessa hegemonia, estas cédulas:

1.1. ÁFRICA ORIENTAL – EAST AFRICA – WPM 27 – 01/01/1943



Esta cédula, emitida em plena Segunda Guerra Mundial, apresenta em seu anverso a efígie do Rei George VI, da Grã-Bretanha. A África Oriental consistiu em um grupo de territórios - então intitulados Quênia, Uganda, Tanganica e Zanzibar, estes dois últimos hoje chamados Tanzânia - que teve emissão de cédulas até 1964, fabricadas pela Thomas de La Rue, quando se encerrou o domínio britânico naquele país.



1.2. TERRITÓRIOS DO CARIBE BRITÂNICO

BRITISH CARIBBEAN TERRITORIES – WPM 7 – 02/01/1961

Os Territórios do Caribe Britânico compreendiam Trinidad & Tobago, Barbados, Ilhas Leeward, St. Christopher & Nevis, Antigua & Barbuda, Santa Lúcia, Dominica, São Vicente e Granadinas, Granada, Guiana Inglesa e Ilhas Virgens, na região das Américas do Sul e Central, e emitiu cédulas até 1964. A partir daí, alguns países obtiveram sua independência, emitindo moedas próprias, a exemplo de Barbados (independente em 1966), Guiana (1970) e Trinidad e Tobago (1962). Os países que continuam fazendo parte do agrupamento, hoje se chamam Estados do Caribe Oriental (East Caribbean States). As cédulas emitidas para estes territórios tem a mesma estampa, variando apenas em uma letra que os identifica. A partir de 1993, são: A – Antigua; D – Dominica; G – Granada; K – St. Kitts; L – Santa Lúcia; M – Montserrat; U – Anguilla; V – São Vicente.

1.3. SARAWAK, ASSENTAMENTOS ESTREITOS e MALAIA & BORNÉU INGLESA, SARAWAK, STRAITS SETTLEMENTS e MALAYA AND BRITISH BORNEO, WPM 20 (1935), WPM 16 (1935) e WPM 1 (1953), respectivamente

Há uma constante confusão entre as palavras Malásia (em inglês, Malaysia) e Malaia, assim como alguns podem confundir Amazônia e Amazonas. A chamada Península Malaia se localiza no Pacífico Sul, e nela se encontram três países: Mianmar, Tailândia e Malásia, com a ilha de Cingapura ao sul. A Malásia tem parte do seu território no continente e parte em várias ilhas, sendo a principal delas Bornéu, onde também se encontra o país Brunei e parte da Indonésia. Toda essa região teve várias denominações ao longo dos anos. Vamos comentar três delas:



Sarawak, região ao norte da ilha de Bornéu, hoje pertencente à Malásia, emitiu cédulas de 1858 a 1940. De 1941 a 1945 esteve ocupada pelo exército japonês, passando ao domínio britânico em 1946, só obtendo independência em 1963, como

Malásia. Na efígie desta cédula vemos Charles Vyner Brooke, cidadão britânico que se tornou o terceiro rajá de Sarawak, até a Segunda Guerra Mundial. Apesar de “súdito” do império, a região possuía autonomia, não sendo subordinada aos governantes britânicos, motivo pelo qual não foi estampada a imagem do rei na cédula. Um caso raro na história do papel-moeda.



Straits Settlements (Assentamentos Estreitos, em português), é a região sul da Península Malaia, que passou ao controle britânico em 1867 e emitiu cédulas de 1898 a 1935. Durante a Segunda Guerra, também foi ocupada pelos japoneses. Nesta cédula de um dólar, de 01/01/1935, vemos a efígie do Rei George V. Hoje a região também se encontra abrangida pela Malásia.



Já **Malaia e Bornéu Inglesa** (*Malaya and British Borneo*) emitiu nove cédulas, no período de 1952 a 1961. Nesta, exibida aqui, vê-se a efígie da Rainha Elizabeth II. A região também é localizada ao norte da ilha de Bornéu.